

Deputado veta Mesa paralela para a Constituinte do Rio

Apesar de garantir a não interferência do Governador Moreira Franco sobre a futura Constituição estadual, o Presidente da Assembléia Legislativa do Rio, Gilberto Rodriguez, admitiu ontem que recorrerá aos cerca de 40 Deputados fiéis a Moreira para derrubar a proposta, articulada pelos partidos de esquerda, que cria uma Mesa própria para dirigir os trabalhos constituintes.

Rodrigues afirmou ontem que no seu partido, o PMDB, há o consenso de que esta é a melhor saída. No entanto, o Relator-Geral da Comissão Interpartidária Pró-Constituinte da Assembléia do Rio, Elmiro Coutinho, Vice-Líder do PMDB, entende que a Casa tem que eleger uma Mesa própria quando for convocada para alterar a Constituição estadual.

Também disputando o poder para o seu partido, o 1º Vice-Presidente da Assembléia, Jorge David (PFL), garante que não há a menor chance de os 70 deputados estaduais serem transformados em constituintes e de se eleger uma nova Mesa. Ele informou que caberá ao Deputado Josias Avila (PFL) a presidência de uma grande comissão interpartidária para os trabalhos de alteração da Constituição do Estado do Rio, mas com Gilberto comandando tudo.

Instalada em maio último, a Comissão Interpartidária Pró-Constituinte vive a expectativa da votação

do segundo turno e da promulgação da futura Constituição. Enquanto isto não ocorrer, a Assembléia do Rio não poderá avançar um palmo para modificar a Constituição estadual, nem mesmo antecipar a promoção de debates com os representantes de todos os setores da sociedade e criar, no âmbito estadual, uma espécie de Comissão Afonso Arinos, como pretende Gilberto tão logo a Constituição seja promulgada em Brasília.

Para o Líder do PSB, Milton Temer, não interessa aos atuais dirigentes da Mesa da Assembléia a aprovação de um dispositivo que conceda poderes constituintes aos 70 Deputados estaduais.

— O Deputado Gilberto Rodriguez, que é um democrata quando convidado a apoiar movimentos sociais avançados, no plano interno teima em dirigir esta Casa como se fosse um general de Moreira Franco.

Para Gilberto Rodriguez, a questão da Mesa para os trabalhos de adaptação da Constituição estadual "fica como está". Ele pretende instalar os trabalhos constituintes no Rio cinco dias após a promulgação da nova Carta. Gilberto é contrário à fixação de prazo para as "correções" que se fizerem necessárias na Carta estadual, da qual foi o Relator em 1975, mas acredita que em seis meses o trabalho estará concluído.



Fotofoto de Luiz Antônio

As Lideranças dos partidos discutem as Disposições Transitórias

Disposições Transitórias podem ser votadas hoje

A urgência de definir as eleições municipais pode tirar a Constituinte hoje da imobilidade em que se encontra há nove sessões. Mas a idéia do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de votar as Disposições Transitórias até sexta-feira, a partir de um "emendão" englobando todo o Título, esbarra nas negociações entre as Lideranças, que passaram o dia, ontem, reunidas. Houve acordos sobre a formação de comissão mista do Congresso para examinar, em um ano, a dívida externa e a fixação do mesmo prazo para a elaboração das Constituições estaduais. Ficou claro, porém, que temas como anistia aos militares, anistia fiscal, eleições municipais e no Distrito Federal são inegociáveis.

A intenção dos Líderes é ir votando os temas em que não há possibilidade de acordo e, nos intervalos, continuar as negociações. Isto dá esperanças aos ex-cassados de que a anistia venha também a ser votada hoje. Seus pontos mais polêmicos são a extensão aos marinheiros punidos em 1964 — apoiada pela Liderança do PMDB — e o pagamento de indenização a todos os anistiados — defendida pela esquerda.

A entrada de representantes do PFL nas negociações, ontem de manhã, definiu os pontos inegociáveis, aos quais se agregam a revogação de Decretos-Lei, a efetivação de titulares de cartórios e a manutenção dos direitos dos "marajás". As negociações continuarão hoje de manhã.

Constituinte nada decide há 9 sessões

BRASÍLIA — A Assembléia Constituinte realizou ontem a nona sessão consecutiva sem quorum para deliberar. A última decisão, tomada em 2 de junho, foi a que fixou o mandato do Presidente José Sarney em cinco anos. Os parlamentares apontam como causa da imobilidade a inexistência de acordos sobre os temas das Disposições Transitórias, além das faltas constantes de vários colegas.

A sessão começou às 14h30m, mas o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, ao assumir a Mesa às 15h55m, constatou a pre-

sença de apenas 240 parlamentares — o mínimo exigido para qualquer votação é de 280 constituintes.

Antes de ser encerrada a sessão, alguns parlamentares protestaram contra a falta de decisões da Assembléia. O Deputado Adylson Mota (PDS-RS), por exemplo, quase nunca ausente, manifestou a intenção de pedir um certificado da Mesa que ateste sua presença aos trabalhos. Reclamou ainda da decisão do Senador Mauro Benevides (PMDB-CE), que presidira a sessão de sexta-feira, de verificar o quorum daquele dia através de lista de assinaturas, em vez de utilizar o painel eletrônico.